Bradesco Seguros

Bradesco Capitalização S.A.

CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela SUSEP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações de Capitalização

No exercício, a Bradesco Capitalização S.A. manteve a política de fortalecimento de sua participação no mercado, atingindo receita de R$ 3,047 bilhões, apresentando um crescimento de 22,67% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando a receita alcançou R$ 2,484 bilhões. Foram sorteados 2.298 títulos (2.353 títulos em 2010), atingindo o montante de R$ 55,297 milhões (R$ 58,560 milhões em 2010) de prêmios sorteados aos clientes.

Com isso, pautada por uma política de fidelização dos clientes voltada para a qualidade no atendimento e a oferta de produtos inovadores, a Bradesco Capitalização S.A. encerrou o exercício com 3,097 milhões de clientes (2,691 milhões em 2010) e uma carteira de 20,206 milhões de títulos ativos (17,400 milhões em 2010).

Resultado do Exercício

A Bradesco Capitalização S.A. apresentou, no exercício, Lucro Líquido de R$ 338,410 milhões (R$ 234,964 milhões em 2010).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos.

Os acionistas da Bradesco Capitalização, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido (Nota nº 15a).

O saldo do lucro líquido, verificado após as distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Eventos Societários

Informações sobre eventos societários constam nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Nota nº 15b).

Investimentos

Os Ativos financeiros estão classificados nas categorias "Disponível para Venda" e "A Valor Justo por meio do Resultado" em atendimento à Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011.

Marketing

A Bradesco Capitalização lançou o projeto "*Mobile Banking* Títulos de Capitalização Pé Quente Bradesco". Com esse serviço, por meio de *iPhone* e *smartphones*, o cliente tem acesso às informações dos produtos oferecidos, além de outras informações sobre periodicidade, prêmios e vigência de cada um deles.

A *Internet* também teve grande destaque em 2011 na comercialização de Títulos de Capitalização. Através das ofertas realizadas pelo *site* da Bradesco Capitalização, foram vendidos cerca de 223 mil títulos em 2011, o que representa crescimento de 82% em relação a 2010.

A Bradesco Capitalização lançou o seu terceiro título com foco ambiental: o Pé Quente Bradesco Projeto Tamar. O título é uma iniciativa da Bradesco Capitalização em parceria com o Projeto Tamar, que monitora, pesquisa e protege o ciclo de vida das tartarugas marinhas, além de realizar ações de educação ambiental e inclusão social das comunidades costeiras.

Premiações

A empresa recebeu o Prêmio Top Social 2011, com o *case* "Bradesco Capitalização viabiliza 22,5 milhões de árvores na Mata Atlântica em 11 estados". Promovido pela Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB-SP), a premiação reconhece, todos os anos, o valor de ações e programas que incorporam o conceito de Responsabilidade Social.

A Bradesco Capitalização foi vencedora do Prêmio *Marketing Best* Sustentabilidade pela segunda vez consecutiva com o *case* "Ação Social da Bradesco Capitalização apoia humanização no tratamento do Câncer no IBCC", baseado na parceria com o Instituto Brasileiro de Controle do Câncer.

Responsabilidade Socioambiental

Em ação pioneira, o Grupo Bradesco Seguros, por meio da Bradesco Capitalização, oferece títulos com foco socioambiental, em áreas como ecologia, educação e saúde. Os produtos de capitalização possuem finalidades específicas e atributos que lhes conferem caráter social. Parte dos recursos captados com esses produtos beneficia projetos sociais e ambientais, além de permitir a formação de uma reserva financeira para os clientes. Os títulos são: Pé Quente Bradesco SOS Mata Atlântica, Pé Quente Bradesco Instituto Ayrton Senna, Pé Quente Bradesco O Câncer de Mama no Alvo da Moda, Pé Quente Bradesco Amazonas Sustentável e Pé Quente Projeto Tamar.

O Projeto Clikarvore, que conta com a Bradesco Capitalização como principal parceira, é o primeiro grande programa de restauração florestal da Fundação SOS Mata Atlântica, recuperando mais de 13 mil hectares em 10 anos de atividades.

A temporada 2011 da Corrida e Caminhada Contra o Câncer de Mama contou com o patrocínio do Grupo Bradesco Seguros e apoio da Bradesco Capitalização. O evento, que está em sua 41ª edição, tem por objetivo incentivar a adoção de hábitos mais saudáveis de vida e chamar a atenção das pessoas para a questão da prevenção e tratamento contra o câncer de mama.

Também com o apoio da Bradesco Capitalização, foi realizada a "Ayrton Senna Racing Day", maratona de revezamento em homenagem ao tricampeão mundial de Fórmula1. O evento, que está em sua 8ª edição e conta com a parceria do Instituto Ayrton Senna, ocorreu no Autódromo de Interlagos, em São Paulo. A "Ayrton Senna Racing Day" é uma das maiores provas de revezamento do País. Com cunho social diferenciado, o valor total arrecadado com as inscrições desse evento esportivo é revertido para o Instituto Ayrton Senna que realiza trabalhos para crianças e jovens em todo o Brasil.

Rating

A Bradesco Capitalização S.A. possui atualmente a nota 'brAAA/Estável' da Standard & Poor's e mantém-se como a única empresa do segmento de capitalização com esse *rating*. Contribuiu para este resultado o sólido padrão de proteção financeira e patrimonial que a Bradesco Capitalização garante aos seus clientes.

Sistema de Gestão da Qualidade

A Bradesco Capitalização S.A. é a primeira e única empresa de capitalização do país a receber o certificado ISO. Em 2009, foi certificada na versão ISO 9001:2008 no escopo Gestão de Títulos de Capitalização Bradesco. Esse certificado, concedido pela Fundação Vanzolini, atesta a qualidade dos seus processos internos e confirma o princípio que está na origem dos Títulos de Capitalização Bradesco: bons produtos, bons serviços e evolução permanente.

Riscos: operacional, crédito, mercado, legal e subscrição

O Grupo Bradesco Seguros, em linha com os modelos adotados nos mercados Nacional e Internacional e em atendimento à legislação vigente, estruturou uma área independente de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos que atende às melhores práticas de Governança Corporativa.

Estão inseridas, nesse contexto, as disseminações da cultura de gestão de riscos operacionais em vários níveis, a divulgação de Políticas Corporativas, Normas Internas e Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição aos riscos.

O Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros reúne-se trimestralmente com a atribuição de aprovar estratégias, definir diretrizes, normas e procedimentos, bem como homologar os assuntos relevantes relacionados à Gestão de Riscos, visando ao processo de mitigação dos eventos de perdas de acordo com a especificidade de cada risco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o capital mínimo requerido para funcionamento das sociedades seguradoras é composto por um capital base e um capital adicional para cobertura dos riscos de subscrição, de crédito, de mercado, legal e operacional. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente a todos os riscos previstos na legislação, o capital mínimo requerido deverá ser o maior valor entre a soma do capital base com o capital adicional e a margem de solvência, calculada por meio de resolução específica.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Capitalização possui o compromisso permanente de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo, contribuindo assim com as autoridades governamentais de controle. Outrossim, atua constantemente para assegurar a conformidade às normas e regulamentações, editadas pelos órgãos competentes, relativas ao tema e no relacionamento diferenciado com os clientes enquadrados na condição de Pessoas Politicamente Expostas.

Diante desse compromisso, durante o exercício, buscou o aprimoramento e a melhoria das ferramentas, dos controles e dos sistemas utilizados, que dão suporte ao processo de comunicação das operações/ocorrências (automáticas e suspeitas) ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Do mesmo modo, desenvolveu, publicou e revisou normativos internos, materiais de apoio e programas de treinamento, visando à constante conscientização do quadro de colaboradores.

Prevenção à Fraude

A Bradesco Capitalização, em consonância com a regulamentação vigente no que diz respeito à Prevenção à Fraude, mantém-se vigilante em desestimular, prevenir, combater e identificar ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes, assim como minimizar riscos operacionais e legais aos quais a empresa possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes/crimes de qualquer natureza.

Dentro desse contexto, adota procedimentos de controles internos, tais como:

i) a disponibilização de canais de denúncia aos colaboradores e à sociedade, incentivando aqueles que tenham informações sobre operações ou ocorrências com indícios de cometimento desse ato ilícito a fornecê-las à Companhia, garantindo que a denúncia seja mantida sob sigilo; e

ii) acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que possam apresentar irregularidades.

Do mesmo modo, desenvolveu, publicou e revisou os materiais atinentes ao assunto, estimulando o constante e tempestivo treinamento dos colaboradores da Companhia sobre a matéria.

Governança Corporativa

Em consonância e adoção às melhores práticas de Governança Corporativa, dentre outras ações, o Grupo Bradesco Seguros possui Comitês formalmente instituídos, que suportam as operações e conferem transparência na busca constante dos mais elevados padrões de integridade e comportamento ético.

Diante desse cenário, foi publicado e disponibilizado a todos os públicos de interesse do Grupo, o Código de Conduta Ética Setorial, resultado do compromisso constante em promover e definir com clareza as responsabilidades e a postura que devem pautar a atuação dos profissionais que integram as empresas do Grupo.

Controles Internos e *Compliance*

Durante o exercício, com base na política corporativa definida e visando atender as determinações legais sobre o tema, a Bradesco Capitalização prosseguiu com a avaliação e aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros. Os processos são continuamente reavaliados, e os testes de aderência, para aferir a efetividade dos controles existentes, são regularmente aplicados, em conformidade com os principais *frameworks* de controles, como o *COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o *COBIT – Control Objetives for Information and Related Technology*, que abrangem, respectivamente, aspectos de negócio e tecnologia.

Quanto à Lei Sarbanes-Oxley, a Bradesco Capitalização vem obtendo a certificação anualmente, ratificando a efetividade e eficácia dos controles que suportam a emissão das Demonstrações Contábeis. Destacam-se os benefícios em ambiente corporativo, resultantes do cumprimento da citada Lei, representados pela difusão da importância da cultura de controle.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros verifica, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos reguladores, informa às áreas afetadas e acompanha o atendimento tempestivo das ações necessárias, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam em conformidade.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

A Bradesco Capitalização, com a finalidade de assegurar a continuidade de seus processos críticos/essenciais de negócios, principalmente aqueles voltados para relacionamento e atendimento aos clientes, possui Plano de Continuidade de Negócios – PCN.

O PCN é um conjunto de estratégias e planos de ação, que são ativados quando da ocorrência de um evento, independentemente de sua proporção, que interrompa a continuidade de suas operações.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para o Grupo Bradesco Seguros. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da governança da informação. Nesta linha, são realizados trabalhos de revisões periódicas nos Sistemas de Informação, assim como são analisadas normas e regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, o Grupo tem realizado a disseminação da cultura, por meio de divulgação da Política Corporativa de Segurança da Informação, da administração de palestras, de cursos e dos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido do Órgão regulador e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010 (*Em milhares de reais*)

ATIVO	Nota	2011	2010
CIRCULANTE		**2.950.802**	**2.460.309**
Disponível		**7.665**	**18**
Caixa e bancos		7.665	18
Aplicações	4	**2.842.278**	**2.412.010**
Títulos e créditos a receber		**100.859**	**48.281**
Títulos e créditos a receber		5.134	4.580
Créditos tributários e previdenciários	6	49.008	44.954
Outros créditos		49.987	2.017
Provisão para riscos de créditos		(3.270)	(3.270)
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**2.314.988**	**2.219.866**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**2.245.641**	**2.159.493**
Aplicações	4	**2.033.018**	**1.977.450**
Títulos e créditos a receber		**212.623**	**182.043**
Créditos tributários e previdenciários	6	38.096	34.113
Depósitos judiciais e fiscais	13(vi)	174.527	147.930
Investimentos		**67.668**	**59.853**
Participações societárias - financeiras	7	57.832	49.565
Imóveis destinados a renda	8	9.836	10.288
Imobilizado	9	**526**	**436**
Bens móveis		380	403
Outras imobilizações		146	33
Intangível	10	**1.153**	**84**
Outros intangíveis		1.153	84
TOTAL DO ATIVO		**5.265.790**	**4.680.175**

PASSIVO	Nota	2011	2010
CIRCULANTE		**4.750.556**	**3.894.610**
Contas a pagar		**179.279**	**170.956**
Obrigações a pagar		17.075	66.671
Impostos e encargos sociais a recolher		916	900
Encargos trabalhistas		548	578
Impostos e contribuições	11	160.740	102.807
Provisões técnicas - capitalização	12	**4.571.277**	**3.723.654**
Provisão para resgates		4.321.133	3.532.802
Provisão para sorteios		76.051	47.461
Outras provisões		174.093	143.391
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**221.805**	**215.216**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**221.805**	**215.216**
Contas a pagar		**67.181**	**84.796**
Tributos diferidos	13	67.181	84.796
Outros débitos		**154.624**	**130.420**
Provisões judiciais	14(iv)	154.624	130.420
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**293.429**	**570.349**
Capital social		250.000	249.000
Redução de capital (em aprovação)		(100.000)	-
Reservas de reavaliação		764	803
Reservas de lucros		88.032	226.693
Ajustes com títulos e valores mobiliários		54.633	93.853
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**5.265.790**	**4.680.175**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2011	2010
Receita líquida com títulos de capitalização		**2.997.270**	**2.438.558**
Receita bruta com títulos de capitalização		3.071.550	2.500.858
Devolução e cancelamento de títulos de capitalização		(24.418)	(17.174)
Variação das provisões técnicas		(49.862)	(45.126)
Despesas com títulos resgatados e sorteados		**(2.651.049)**	**(2.185.732)**
Despesas com resgates		(2.595.752)	(2.127.172)
Despesas com sorteios		(55.297)	(58.560)
Despesas de comercialização	19a	**(52.787)**	**(36.444)**
Outras receitas e despesas operacionais	19b	**55.095**	**(3.520)**
Despesas administrativas	19c	**(64.083)**	**(58.876)**
Despesas com tributos	19d	**(20.271)**	**(12.853)**
Resultado financeiro	19e	**290.534**	**242.812**
Receitas financeiras		550.292	440.153
Despesas financeiras		(259.758)	(197.341)
Resultado patrimonial	19g	**4.849**	**8.201**
Resultado operacional		**559.558**	**392.146**
Ganhos e perdas com ativos não correntes		**(50)**	**(1.995)**
Resultado antes dos impostos e participações		**559.508**	**390.151**
Imposto de renda	20	**(137.009)**	**(96.374)**
Contribuição social	20	**(83.607)**	**(58.106)**
Participações sobre o resultado		**(482)**	**(707)**
Lucro líquido do exercício		**338.410**	**234.964**
Quantidade de ações		**192.803**	**234.013**
Lucro líquido por ação - R$		**1,76**	**1,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	**338.410**	**234.964**
Realização da reserva de reavaliação	65	65
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda - Companhia	(54.146)	91.976
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda - Controlada	(11.222)	(8.395)
Efeitos dos impostos	26.121	(33.458)
Total do resultado abrangente do exercício	**299.228**	**285.152**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de títulos de capitalização	3.047.132	2.483.684
Outros recebimentos operacionais	69.848	2.747
Pagamentos de resgates, sorteios e comissões	(2.150.881)	(1.741.730)
Pagamentos de despesas com operações de capitalização	(13.224)	(9.241)
Pagamentos de despesas e obrigações	(79.052)	(57.207)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(1.242)	(647)
Outros pagamentos operacionais	(7.108)	(4.598)
Recebimentos de juros e dividendos da carteira de ações	16.435	12.220
Constituição de depósitos judiciais	(16.426)	(1.405)
Resgates de depósitos judiciais	11	-
Pagamentos de participações nos resultados	(560)	(448)
Caixa gerado pelas operações	**864.933**	**683.375**
Impostos e contribuições pagos		
Imposto de renda	(103.828)	(75.828)
Contribuição social	(62.397)	(52.282)
Pis e Cofins	(19.565)	(12.828)
Outros	(66)	(262)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(1.190.286)	(1.202.797)
Vendas e resgates	1.165.775	923.610
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**654.566**	**262.988**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra de ativo permanente	(15.013)	(53)
Integralização de capital em controlada	(13.700)	-
Imobilizado e intangível	(1.313)	(53)
Recebimento pela venda de ativo permanente	18	744
Investimentos	18	744
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de investimento	**(14.995)**	**691**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos	(531.924)	(264.261)
Redução de capital	(100.000)	-
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	**(631.924)**	**(264.261)**
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	**7.647**	**(582)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	18	600
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	7.665	18
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	**7.647**	**(582)**
Ativos livres no início do exercício	465.802	488.328
Ativos livres no final do exercício	214.019	465.802
Redução nas aplicações financeiras - recursos livres	**(251.783)**	**(22.526)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Aumento (redução) de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	**156.000**	**-**	**842**	**38.835**	**322.843**	**43.705**	**-**	**562.225**
Aumento (redução) de capital:								
AGE de 27/01/2010	-	(21.174)	-	-	-	-	-	(21.174)
AGE de 26/03/2010	-	104.000	-	-	(104.000)	-	-	-
AGE de 30/04/2010	-	10.174	-	-	(10.174)	-	-	-
Portaria SUSEP nº 1.145 de 24/09/2010	(21.174)	21.174	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 1.146 de 29/09/2010	114.174	(114.174)	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação:								
Realização	-	-	(39)	-	-	-	39	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	50.148	-	50.148
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	234.964	234.964
Dividendos antecipados (R$ 822,46 por ação)	-	-	-	-	(200.000)	-	-	(200.000)
Dividendos propostos (R$ 238,51 por ação)	-	-	-	-	-	-	(55.814)	(55.814)
Destinação do lucro líquido	-	-	-	11.748	167.441	-	(179.189)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**249.000**	**-**	**803**	**50.583**	**176.110**	**93.853**	**-**	**570.349**
Aumento/(redução) de capital:								
AGE de 30/03/2011	-	1.000	-	(1.000)	-	-	-	-
Portaria SUSEP/CGRAT nº 1.236 de 24/06/2011	1.000	(1.000)	-	-	-	-	-	-
AGE de 28/12/2011	-	(100.000)	-	-	-	-	-	(100.000)
Reserva de reavaliação:								
Realização	-	-	(39)	-	-	-	39	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(39.220)	-	(39.220)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	338.410	338.410
Dividendos antecipados (R$ 752,56 por ação)	-	-	-	-	(176.110)	-	-	(176.110)
Dividendos antecipados (R$ 1.555,99 por ação)	-	-	-	-	-	-	(300.000)	(300.000)
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	38.449	-	(38.449)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**250.000**	**(100.000)**	**764**	**49.583**	**38.449**	**54.633**	**-**	**293.429**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Paulista, nº 1.415, São Paulo.

A entidade é controlada diretamente pela empresa Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco, acionista controlador final, em 30 de janeiro de 2012.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. Em consonância com a Circular SUSEP n° 426/11, foi mantida para as sociedades de capitalização a forma de contabilização e apresentação estabelecida pela Circular SUSEP n° 379/2008.

Em função da adoção inicial dos CPCs 38 e 40, preconizada pela Circular SUSEP n° 424/11, a Companhia reclassificou certos títulos e valores mobiliários anteriormente classificados na categoria mantidos até o vencimento para a categoria disponível para venda, em decorrência, os saldos divulgados anteriores foram reclassificados para fins de comparabilidade como demonstrado abaixo:

Ativo	Saldo divulgado anteriormente Dezembro de 2010	Reclassificação	Saldo em Dezembro de 2010
Circulante	**2.460.309**	**-**	**2.460.309**
Ativo não circulante	**2.105.577**	**114.289**	**2.219.866**
Aplicações	1.863.161	114.289	1.977.450
Total do Ativo	**4.565.886**	**114.289**	**4.680.175**
Passivo			
Circulante	**3.894.610**	**-**	**3.894.610**
Passivo não circulante	**169.500**	**45.716**	**215.216**
Tributos diferidos	39.080	45.716	84.796
Patrimônio líquido	**501.776**	**68.573**	**570.349**
Total do Passivo	**4.565.886**	**114.289**	**4.680.175**

De acordo com o Item 10 do CPC n° 35, a preparação da demonstração contábil consolidada desta Companhia não é requerida, uma vez que as demonstrações contábeis consolidadas do acionista controlador direto (Bradesco Seguros S.A.), entidade domiciliada no Brasil, foi divulgada, nesta mesma data, no Diário do Comércio e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

b. Base para avaliação e moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas e julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão descritas nas notas explicativas apresentadas abaixo:

- Nota 6 - Créditos tributários e previdenciários
- Nota 12 - Provisões técnicas
- Nota 13 - Provisões judiciais

d. Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)

São representados por disponibilidades em moeda nacional, caixa e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Aplicações

A Companhia determina a classificação inicial de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Os ativos de renda fixa são contabilizados na data da liquidação, e as ações são contabilizadas na data da transação.

i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado do período.

iv. Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontados e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

v. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

f. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBovespa.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período, e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Bolsa de Mercadoria e Futuros - BM&FBovespa e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

O monitoramento das operações no mercado de derivativos é feito pelo gestor dos fundos, de forma ativa, através da mensuração do risco por meio do *Value at Risk* (*VaR*).

g. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Imóveis: 25 anos; Móveis, utensílios, máquinas e equipamento: 10 anos; Equipamentos de informática: 5 anos; Benfeitoria em imóveis de terceiros: 5 anos.

h. Ativos intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*.

Despesas de desenvolvimento interno são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil, e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

i. Provisões técnicas

Os produtos de capitalização têm suas provisões técnicas constituídas no momento do recebimento dos recursos, assim como as receitas são reconhecidas ao resultado quando do efetivo recebimento das mensalidades dos planos de capitalização.

A provisão matemática para resgates é constituída para cada título ativo ou suspenso, durante o prazo previsto nas condições gerais do plano, e é calculada conforme metodologia descrita em notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP.

As provisões para resgates são constituídas pelos valores dos títulos vencidos e também pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes. As provisões são atualizadas monetariamente com base nos indexadores previstos em cada plano.

As provisões para sorteios a realizar e a pagar são constituídas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).

A provisão de contingência é constituída para cobrir eventuais insuficiências para pagamento dos resgates solicitados e/ou dos prêmios de sorteios realizados.

A provisão de despesa administrativa é constituída para cobrir as despesas de colocação e divulgação do plano, corretagem e demais despesas.

j. Ativos e passivos contingentes (Provisões judiciais)

i. Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados.

ii. Passivos contingentes - são constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k. Benefícios a empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações por aposentadorias

Plano de contribuição definida

A Empresa é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE).

As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente.

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A., e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira.

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário, exceto para os participantes que em 2001 optaram em migrar do plano de benefício definido para o PGBL, cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando-se sempre o mínimo de 4% do salário.

As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Além do PGBL anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes transferidos do plano de benefício definido um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados nesse plano até a data de migração. Para os participantes do plano de benefício definido, transferidos ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais está aplicado nos FIEs.

iii. Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários por um período de 3 meses a 6 meses da data de desligamento.

iv. Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

m. Resultado

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando de seu efetivo recebimento. As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

A partir de 2011, a Companhia adotou a prática de reconhecimento de títulos prescritos. As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após período de prescrição, nos termos do Artigo 206 do Código Civil Brasileiro.

As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “Despesas de comercialização”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

Os pagamentos dos resgates por sorteios são considerados como despesas do mês em que os mesmos se realizam.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado, operacional e legal, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia. As atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à realidade do mercado brasileiro.

Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores, etc., bem

continua

como facilitar os níveis de capital requerido, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado, legal e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum de alto nível, permanente, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez, operacional e legal), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez, Legal e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. *Risco de subscrição*

O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de contribuições.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Superintendência Executiva de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, tem como uma de suas principais atribuições o desenvolvimento de modelo interno para o cálculo do capital adicional baseado no risco de subscrição.

Principais riscos associados aos Títulos de Capitalização

Os títulos de capitalização são de natureza de médio e longo prazo, e por este motivo são utilizadas algumas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retorno de investimentos, despesas, persistência e sorteios. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados aos títulos de capitalização incluem, entre outros:

- Risco de sorteio, que corresponde à expectativa da Companhia em pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas;
- Risco de comportamento do cliente, que inclui experiência de persistência;
- Os títulos de capitalização possuem garantias de rentabilidade pré-definidas, que corresponde ao risco de taxa de juros, que é gerenciado como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos dos Títulos de Capitalização

A Companhia monitora e avalia a exposição de riscos, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de mensalidades e provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica da Bradesco Capitalização.

O risco de sorteio é gerenciado pelo acompanhamento constante do desempenho das séries de títulos não integralizadas.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia.

c. *Risco de crédito*

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais *como Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's*, entre outras.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, devidamente avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, à mensuração e ao cálculo do capital.

No que se refere a aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos como demonstrado no quadro abaixo:

Ativos Financeiros / *Rating*	AAA	AA	BBB	BB-	Sem rating	Total
A valor justo por meio do resultado	**2.198.532**	**49.923**	**58.985**	**10.944**	**14.939**	**2.333.323**
Título de Renda Fixa Privado	127.432	49.923	58.985	10.944	13.391	260.675
Título de Renda Fixa Público	2.071.100	-	-	-	-	2.071.100
Título de Renda Variável	-	-	-	-	1.548	1.548
Disponíveis para a venda	**2.073.236**	**104.239**	**-**	**-**	**364.498**	**2.541.973**
Título de Renda Fixa Público	1.933.443	-	-	-	-	1.933.443
Título de Renda Fixa Privado	139.793	104.239	-	-	-	244.032
Título de Renda Variável	-	-	-	-	364.498	364.498

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA, uma vez que a contraparte é o governo federal.

Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e o aprimoramento nos processos de gestão.

d. *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de títulos de capitalização. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

Gerenciamento do Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

e. *Risco de mercado*

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração e reavaliado anualmente pelos comitês abaixo descritos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de Limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros quando os limites são relacionados ao segmento de seguros. Posteriormente são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio de uma Companhia considerando, ainda, os seus respectivos *hedges*. Nesse tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações. Exposições de moedas estrangeiras não são significativas nas operações da Companhia, e o risco é acompanhado de forma consolidada com as demais empresas do Grupo Bradesco Seguros, conforme critério padrão da Circular do BACEN nº 3.389/08.

Modelos de Mensuração do Risco de Mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia *EVE* (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários, são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente prejuízo contábil.

Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

	Cenário
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços
Fator de Risco	
Índice Bovespa em pontos	56.187
Taxa Prefixada de 1 ano	10,06%
Cupom de IPCA de 1 ano	4,37%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

	Fatores de Riscos (Valores em R$ mil)				
Posição	Taxa de Juros em Reais	Índices de Preços	Renda Variável	Total sem correlação	Total com correlação
31/12/2011	(91)	(603)	(1.226)	(1.920)	(1.388)
Definição	**Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros**	**Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços**	**Exposições sujeitas à variação do preço de ações**		

f. *Risco operacional*

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do Risco Operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Mecanismos de Controle e Monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional e consequente abertura e/ou manutenção de rubricas contábeis específicas para registro, contabilização e consolidação dessas perdas.
- Assegurar o levantamento e tratamento das perdas identificadas mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento, controle e mitigação do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto à proposta de recomendações técnicas das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. *Risco Legal*

Esse risco está relacionado à escolha, não ao acaso, pois decorre da incerteza inerente aos eventos que podem trazer consequências (ganhos ou perdas) sobre as decisões tomadas diariamente pela Companhia. Esse risco não deve ser confundido como sendo a ausência ou a não execução de um controle.

Especificação do Risco

O risco legal está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia.

Gerenciamento do Risco Legal

A abordagem de todo o processo de gerenciamento do risco legal se dá mediante um *software* para a apuração, mensuração e cálculo do capital da Companhia, considerando os modelos estatísticos e adotando as melhores práticas de avaliações qualitativas e quantitativas.

h. *Gerenciamento de Capital*

O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa, visando proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos do Grupo Bradesco Seguros, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade e especificidade de cada produto e serviços no mercado securitário e com a dimensão da exposição a riscos do Grupo.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado diariamente de forma contínua e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, em atendimento aos requerimentos regulatórios e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

A Companhia deve manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades e operações conforme as características e peculiaridades representadas por níveis adequados de capital em linha com o modelo interno.

O Grupo Bradesco Seguros acompanha de maneira permanente os limites requeridos (margem de solvência, capital mínimo requerido e capital adicional) pelo respectivo órgão regulador.

4. Aplicações

a. *Resumo da classificação das aplicações*

	2011	%	2010	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	**2.333.323**	**47,86**	**1.813.785**	**41,32**
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	2.331.775	47,83	1.811.913	41,28
Títulos de renda variável - fundos de investimentos	1.548	0,03	1.872	0,04
Títulos disponíveis para venda	**2.541.973**	**52,14**	**2.575.675**	**58,68**
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	1.933.443	39,66	1.958.872	44,63
Títulos de renda fixa - certificados de recebíveis imobiliários	5.316	0,11	-	-
Títulos de renda fixa - debêntures	220.456	4,52	208.718	4,75
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos imobiliários	18.260	0,37	31.652	0,72
Títulos de renda variável - ações	364.498	7,48	376.433	8,58
Total	**4.875.296**	**100,00**	**4.389.460**	**100,00**

b. *Composição das aplicações por prazo e por título*

Apresentamos, a seguir, a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os títulos que pertencem a fundos de investimentos abertos foram considerados com base no percentual de participação da Companhia nos fundos.

	2011					
Títulos	**1 a 30 dias ou sem vencimento definido**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil**	**Valor do investimento (i)**	**Ajuste a valor justo**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**2.093.492**	**166.420**	**73.411**	**2.333.323**	**2.333.323**	**-**
Notas do tesouro nacional	2.071.100	-	-	2.071.100	2.071.100	-
Letras financeiras de emissores privados	-	118.663	-	118.663	118.663	-
Certificados de depósitos bancários	-	-	58.259	58.259	58.259	-
Debêntures	-	47.757	4.208	51.965	51.965	-
Quotas de fundos de investimentos	20.844	-	-	20.844	20.844	-
Depósito em garantia especial	-	-	10.944	10.944	10.944	-
Ações	1.548	-	-	1.548	1.548	-
Títulos disponíveis para venda	**384.088**	**124.867**	**2.033.018**	**2.541.973**	**2.427.391**	**114.582**
Notas do tesouro nacional	485	-	1.932.958	1.933.443	1.778.086	155.357
Ações	364.498	-	-	364.498	384.707	(20.209)
Debêntures	845	124.867	94.744	220.456	212.108	8.348
Fundos de investimentos imobiliários	18.260	-	-	18.260	47.221	(28.961)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	5.316	5.316	5.269	47
Total	**2.477.580**	**291.287**	**2.106.429**	**4.875.296**	**4.760.714**	**114.582**

	2010					
Títulos	**1 a 30 dias ou sem vencimento definido**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil**	**Valor do investimento (i)**	**Ajuste a valor justo**
Títulos a valor justo por meio do resultado	**1.462.680**	**256.127**	**94.978**	**1.813.785**	**1.813.785**	**-**
Notas do tesouro nacional	1.445.874	-	-	1.445.874	1.445.874	-
Certificados de depósitos bancários	-	176.512	-	176.512	176.512	-
Letras financeiras do tesouro	-	79.615	-	79.615	79.615	-
Letras financeiras de emissores privados	-	-	89.064	89.064	89.064	-
Quotas de fundos de investimentos	11.821	-	-	11.821	11.821	-
Debêntures	-	-	5.914	5.914	5.914	-
Letras do tesouro nacional	3.113	-	-	3.113	3.113	-
Ações	1.872	-	-	1.872	1.872	-
Títulos disponíveis para venda	**598.225**	**-**	**1.977.450**	**2.575.675**	**2.410.475**	**165.200**
Notas do tesouro nacional	190.136	-	1.768.736	1.958.872	1.846.063	112.809
Ações	376.433	-	-	376.433	316.027	60.406
Debêntures	4	-	208.714	208.718	203.214	5.504
Fundos de investimentos imobiliários	31.652	-	-	31.652	45.171	(13.519)
Total	**2.060.905**	**256.127**	**2.072.428**	**4.389.460**	**4.224.260**	**165.200**

(i) Para os títulos designados a valor justo por meio do resultado, o valor indicado refere-se ao valor justo

c. *Cobertura das provisões técnicas*

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2011	2010
Total das provisões técnicas	**4.571.277**	**3.723.654**
Ações	364.498	376.437
Títulos de renda fixa públicos	3.050.329	3.025.026
Títulos de renda fixa privados	1.246.450	522.195
Total	**4.661.277**	**3.923.658**

d. *Hierarquia do valor justo*

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2011			2010		
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**2.124.613**	**208.710**	**2.333.323**	**1.548.209**	**265.576**	**1.813.785**
Notas do tesouro nacional	2.071.100	-	2.071.100	1.445.874	-	1.445.874
Letras financeiras de emissores privados	-	118.663	118.663	-	89.064	89.064
Certificados de depósitos bancários	-	58.259	58.259	-	176.512	176.512
Debêntures	51.965	-	51.965	5.914	-	5.914
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	79.615	-	79.615
Letras do tesouro nacional	-	-	-	3.113	-	3.113
Ações	1.548	-	1.548	1.872	-	1.872
Quotas de fundos de investimentos	-	20.844	20.844	11.821	-	11.821
Depósito em garantia especial	-	10.944	10.944	-	-	-
Disponíveis para venda	**2.536.657**	**5.316**	**2.541.973**	**2.575.675**	**-**	**2.575.675**
Notas do tesouro nacional	1.933.443	-	1.933.443	1.958.872	-	1.958.872
Ações	364.498	-	364.498	376.433	-	376.433
Debêntures	220.456	-	220.456	208.718	-	208.718
Fundos de investimentos imobiliários	18.260	-	18.260	31.652	-	31.652
Certificados de recebíveis imobiliários	-	5.316	5.316	-	-	-
Total	**4.661.270**	**214.026**	**4.875.296**	**4.123.884**	**265.576**	**4.389.460**

e. *Movimentação das aplicações financeiras*

	2011	2010
Saldo em 1° de janeiro	**4.389.460**	**3.601.332**
(+) Aplicações	1.190.286	1.202.797
(-) Resgates	(1.159.394)	(910.976)
(+) Rendimentos	509.090	404.331
(+/-) Ajuste a valor justo	(54.146)	91.976
Saldo em 31 de dezembro	**4.875.296**	**4.389.460**

continua

f. ***Desempenho***

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2011, o desempenho global dos ativos financeiros em renda fixa, títulos públicos e títulos privados, que compõem a carteira de aplicações financeiras, atingiu 111,83% no acumulado do exercício.

5. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro 2011, a Companhia não possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI pendentes de liquidação. Em 31 de dezembro de 2010, a posição comprada era de R$ 2.992.283, como valor de referência, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (*hedge*), sempre visa administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista.

Fundo de investimento	Mercadoria	Quantidade	Ano de Vencimento	Tipo de Compromisso	Valor de Referência 31/12/2010
Bradesco FIF RF Método	DI1	29	2011	Venda	(2.992.283)
Resultado do período					**238.252**

6. Créditos tributários e previdenciários

	2011			2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Diferenças temporárias (i)	-	38.096	38.096	-	34.113	34.113
Impostos a compensar	49.008	-	49.008	44.954	-	44.954
Total	**49.008**	**38.096**	**87.104**	**44.954**	**34.113**	**79.067**

(i) Movimentação de tributos diferidos e diferenças temporárias

	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2011
Provisões judiciais – fiscais	18.632	4.041	-	22.673
Provisão para desvalorização de incentivos fiscais e outros investimentos	13.992	-	-	13.992
Provisões judiciais – cíveis	519	-	(184)	335
Provisão para desvalorização de bens imóveis	178	-	-	178
Provisões judiciais – trabalhistas	84	4	-	88
Provisão para riscos de crédito	58	-	-	58
Outros	650	122	-	772
Total	**34.113**	**4.167**	**(184)**	**38.096**

7. Investimentos - Participações societárias

	Atlântica Capitalização S.A. (a)
Dados em 31 de dezembro 2011 da Controlada	
Capital social	75.000
Quantidade de ações possuídas:	
ON	57.315.373
Percentual de participação	84,74
Total de ativos	71.965
Total de passivos líquido de provisões judiciais	1.684
Total de provisões judiciais	2.033
Patrimônio líquido	68.248
Total de receitas	3.910
Lucro líquido do exercício	2.065
Saldo do investimento em 1° de dezembro de 2010	**52.097**
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(5.037)
Dividendos	(780)
Resultado de equivalência patrimonial	3.285
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2010	**49.565**
Integralização de capital	13.700
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(6.733)
Dividendos	(415)
Resultado de equivalência patrimonial	1.715
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2011	**57.832**

(a) Empresa sediada no Brasil

8. Imóveis destinados à renda

	2011	2010
Custo original	16.720	16.840
Depreciação	(6.171)	(5.839)
Provisão para perda	(713)	(713)
Total	**9.836**	**10.288**

O método de avaliação adotado para as propriedades de investimento é o de custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. A receita obtida com o aluguel desses imóveis foi de R$ 3.466, em 31 de dezembro de 2011, e R$ 2.509, em 31 de dezembro de 2010.

O valor justo dos imóveis, apurado com base em laudo de avaliação, é de R$ 34.459.

9. Imobilizado

Custo de aquisição	Bens móveis	Outras imobilizações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**1.086**	**45**	**1.131**
Aquisições	41	133	174
Saldo custo de aquisição	**1.127**	**178**	**1.305**
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**(683)**	**(12)**	**(695)**
Depreciação	(64)	(20)	(84)
Saldo depreciação acumulada	**(747)**	**(32)**	**(779)**
Saldo contábil em 31 de dezembro 2011	**380**	**146**	**526**

10. Intangível

Custo de aquisição	Software	Redução ao valor recuperável	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**124**	**-**	**124**
Aquisições	1.139	-	1.139
Saldo custo de aquisição	**1.263**	**-**	**1.263**
Amortização			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**(32)**	**(8)**	**(40)**
Amortização	(70)	-	(70)
Saldo amortização acumulada	**(102)**	**(8)**	**(110)**
Saldo contábil em 31 de dezembro 2011	**1.161**	**(8)**	**1.153**

11. Impostos e contribuições

	2011	2010
Imposto de renda	95.578	61.234
Contribuição social	63.465	41.536
COFINS	1.460	32
PIS	237	5
Total	**160.740**	**102.807**

12. Provisões técnicas

a. Composição

	2011	2010
Provisão para resgates	**4.321.133**	**3.532.802**
Provisão matemática para resgates	3.838.024	3.091.769
Provisão para resgates de títulos vencidos	142.072	129.259
Provisão para resgates antecipados de títulos	341.037	311.774
Provisão para sorteios	**76.051**	**47.461**
Provisão para sorteios a realizar	53.259	34.097
Provisão para sorteios a pagar	22.792	13.364
Outras provisões	**174.093**	**143.391**
Provisão para contingências	9.299	6.523
Provisão administrativa	164.794	136.868
Total	**4.571.277**	**3.723.654**

b. Movimentação das provisões técnicas

	2011	2010
Saldo em 1° de janeiro	**3.723.654**	**3.023.628**
(+) Constituições (resgates e sorteios)	2.700.911	2.230.858
(-) Resgates/Sorteios pagos	(2.098.094)	(1.714.904)
(+) Atualização monetária e juros	244.806	184.072
Saldo em 31 de dezembro	**4.571.277**	**3.723.654**

13. Tributos diferidos

	2011	2010
Ajuste a valor justo de títulos classificados como disponível para venda	44.422	66.081
Atualização de depósito judicial	22.249	18.180
Reserva de reavaliação	510	535
Total	**67.181**	**84.796**

14. Provisões judiciais

A Administração da Companhia entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

(i) ***Obrigações legais - fiscais e previdenciárias***

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. A principal discussão refere-se à dedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IR, com provisão e depósito judicial no valor de R$ 139.761 (R$ 115.484 em 31/12/2010), a qual a Companhia pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo do IR, determinada pelo Artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória.

(ii) ***Processos trabalhistas***

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras".

Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

(iii) ***Processos cíveis***

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

Não existem em curso passivos contingentes relevantes, para os quais as chances de perdas sejam prováveis, que não tenham sido razoavelmente estimados.

(iv) ***Movimentação das provisões judiciais constituídas***

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**128.912**	**210**	**1.298**	**130.420**
Constituições	14.531	146	716	15.393
Reversões/Pagamento	-	(142)	(1.224)	(1.366)
Atualização monetária	10.171	6	-	10.177
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**153.614**	**220**	**790**	**154.624**

(v) ***Desenvolvimento de provisões trabalhistas e cíveis***

	2011		2010	
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Saldo 1° de janeiro	210	1.298	258	148
Total pago no exercício	-	(1.112)	(181)	(189)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para ações pagas no período	-	989	181	133
Quantidade de ações pagas no exercício	-	79	3	15
Novas constituições no exercício	146	716	13	1.339
Novas constituições referentes a citação de exercícios anteriores	73	70	13	140
Novas constituições referentes a citação do exercício base	73	646	-	1.199
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	8	123	1	78
(-) Baixa por êxito	-	(112)	-	-
Alteração de estimativas e probabilidades	(142)	-	118	-
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	6	-	2	-
Saldo em 31 de dezembro	**220**	**790**	**210**	**1.298**

(vi) ***Depósitos judiciais e fiscais***

	2011	2010
IR e CSLL	166.048	139.694
Plano verão - IR e CS	3.047	2.864
ILL - Imposto sobre o Lucro Líquido	3.842	3.842
Finsocial	1.020	1.020
Cíveis e trabalhistas	283	192
Outros	287	318
Total	**174.527**	**147.930**

(vii) ***Detalhamento das provisões judiciais por probabilidade***

	Trabalhista			Cível		
Probabilidade	Qde	Valor reclamado	Valor provisionado	Qde	Valor reclamado	Valor provisionado
Provável	2	31	58	82	1.783	790
Possível	2	15	16	82	888	-
Remota	8	259	146	28	291	-
Total	**12**	**305**	**220**	**192**	**2.962**	**790**

15. Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 192.803 (234.013 em 31/12/2010) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	**338.410**	**234.964**
Constituição da reserva legal	-	(11.748)
Realização de reservas:		
Realização de reavaliação	39	39
Base de cálculo dos dividendos	**338.449**	**223.255**
Dividendos antecipados no exercício	300.000	-
Dividendos propostos no exercício	-	55.814
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado de exercício	**88,64%**	**25,00%**

b. Atos societários

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de janeiro de 2010, foi deliberado a redução de capital no montante de R$ 21.174, com a entrega de sua participação na Átria Participações Ltda., mediante o cancelamento de 9.158 ações ordinárias nominativo-escriturais, sem valor nominal. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 1.145, de 24 de setembro de 2010.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de março de 2010, foi deliberado o aumento de capital no montante de R$ 104.000, mediante a capitalização do saldo da conta Reservas de lucros – reserva estatutária de 2007 - R$ 18.568; e parte do saldo da conta Reservas de lucros – reserva estatutária de 2008 – R$ 85.432, sem emissão de ações. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 1.146, de 29 de setembro de 2010.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi deliberado o aumento de capital no montante de R$ 10.174, mediante a capitalização de parte do saldo das contas Reservas de lucros – reserva estatutária de 2008, sem emissão de ações. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 1.146, de 29 de setembro de 2010.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de março de 2011, foi deliberado o aumento de capital com reservas no valor de R$1.000, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros – Reserva legal de 2007". Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP/CGRAT nº 1.236, de 24 de junho de 2011.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de dezembro de 2011, foi deliberada a redução de capital no montante de R$ 100.000, com o cancelamento de 41.210 ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal. Este ato societário encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP.

c. Reservas de reavaliação

Conforme permitido pela Lei nº 11.638/2007, a Companhia optou por manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação até sua efetiva realização.

d. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

e. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

16. Patrimônio líquido ajustado

Nos termos das Resoluções CNSP nº 222/10, 227/10 e 228/10, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das companhias de capitalização é composto por um capital base e um capital adicional baseado no risco de crédito. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente aos demais riscos identificados na regulamentação, a eventual insuficiência de patrimônio líquido ajustado deverá ser aferida em relação à diferença entre patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido calculada na forma estabelecida pela Resolução CNSP nº 55/01 como demonstrado abaixo para a data-base de 31 de dezembro 2011:

Patrimônio líquido contábil	**293.429**
Participação direta	(57.832)
Ativos intangíveis	(1.153)
Patrimônio líquido ajustado (a)	**234.444**
Capital mínimo requerido (b)	**82.628**
Capital base	10.800
Capital adicional de risco de crédito	71.828
Suficiência (a) – (b)	**151.816**

17. Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2011 montou a R$ 5.251 (R$ 3.279 em 31/12/2010), que estão integralmente cobertos por Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos (FIEs) na empresa ligada Bradesco Vida e Previdência S.A.

continua

18. Transações e saldos com partes relacionadas

	2011	2010	2011	2010
	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)	
Disponível				
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	147	19	-	-
Títulos e créditos a receber				
Bradesco Auto/Re. (empresa ligada)	133	-	-	-
Bradesco Vida e Previdência. (empresa ligada)	3.513	-	-	-
Obrigações a pagar				
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto)	(2.958)	-	-	-
Dividendos a receber				
Atlântica Capitalização S.A. (controlada)	415	780	-	-
Dividendos a pagar				
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto)	-	(55.814)	-	-
Receita com aluguel				
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	-	-	3.466	2.509
Despesas com aluguéis				
Bréscia Empreendimentos e Participações Ltda. (empresa ligada)	-	-	(221)	(203)
Reno Holdings Ltda. (empresa ligada)	-	-	(39)	(36)
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	-	-	(4)	(3)
Rateio das despesas administrativas (i)				
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto)	-	-	(23.401)	(21.502)
Outras despesas (ii)				
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	-	-	(14)	(13)
Total	**1.250**	**(55.015)**	**(20.213)**	**(19.248)**

(i) O rateio de despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada empresa do Grupo definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.

(ii) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Grupo Bradesco Seguros.

Em 2011, foi determinado o valor máximo de R$ 5.000, líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R$ 5.000 para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

	2011	2010
Benefícios a Administradores		
Proventos	4.798	3.087
Encargos sociais	1.079	695
Planos de previdência complementar de contribuição definida	4.801	3.180
Total	**10.678**	**6.962**

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

19. Detalhamento das contas de resultado

a. Despesas de comercialização

	2011	2010
Despesas com corretagem	(4.334)	(6.766)
Despesas com custos de venda	(43.920)	(24.703)
Outras despesas comercialização	(4.533)	(4.975)
Total	**(52.787)**	**(36.444)**

b. Outras receitas e despesas operacionais

	2011	2010
Receita com baixa de títulos prescritos	49.615	-
Receita com penalidade sobre resgate antecipado	8.370	19
Constituição de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(1.366)	(1.678)
Outras	(1.524)	(1.861)
Total	**55.095**	**(3.520)**

c. Despesas administrativas

	2011	2010
Despesas com pessoal próprio	(24.710)	(18.846)
Honorários da Administração	(4.797)	(3.087)
Ordenados	(8.032)	(7.302)
INSS/FGTS	(3.907)	(3.319)
Planos de previdência privada	(5.251)	(3.278)
Outras	(2.723)	(1.860)
Despesas com serviços de terceiros	(8.982)	(11.350)
Despesas com localização e funcionamento	(16.786)	(18.058)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(8.908)	(5.109)
Despesas com publicações	(18)	(1.470)
Despesas com donativos e contribuições	(4.010)	(3.236)
Despesas administrativas diversas	(669)	(807)
Total	**(64.083)**	**(58.876)**

d. Despesas com tributos

	2011	2010
Despesas com PIS	(2.627)	(1.646)
Despesas com COFINS	(16.168)	(10.132)
Despesas com taxa de fiscalização	(1.410)	(997)
Impostos federais/estaduais/municipais	(66)	(78)
Total	**(20.271)**	**(12.853)**

e. Resultado financeiro

	2011	2010
(i) Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	509.090	404.331
Receitas com títulos de renda variável	25.881	26.308
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	10.174	7.179
Atualização monetária de créditos tributários	5.104	2.318
Outras receitas financeiras	43	17
Subtotal	**550.292**	**440.153**
(ii) Despesas financeiras		
Despesas com títulos de renda variável	(394)	(2.118)
Tributação sobre operações financeiras	(2.430)	(2.774)
Atualização monetária das provisões técnicas	(244.806)	(184.072)
Atualização monetária de provisões judiciais	(10.177)	(7.186)
Outras despesas financeiras	(1.951)	(1.191)
Subtotal	**(259.758)**	**(197.341)**
Total	**290.534**	**242.812**

f. Resultado financeiro por categoria

	2011	2010
Resultado de instrumentos financeiros		
Ativos disponíveis para venda	289.367	260.410
Ativos a valor justo por meio do resultado	219.723	143.921
Total	**509.090**	**404.331**

g. Resultado patrimonial

	2011	2010
Resultado de equivalência patrimonial	1.715	3.285
Receita com aluguel líquida da depreciação	3.134	2.177
Reversão de incentivos fiscais	-	2.739
Total	**4.849**	**8.201**

h. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2011	2010
Impostos diferidos		
Realização no exercício sobre adições temporárias	(638)	(1.831)
Subtotal	**(638)**	**(1.831)**
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(219.978)	(152.649)
Imposto de renda e contribuição social devidos	**(220.616)**	**(154.480)**

20. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2011	2010
Resultado antes de impostos e participações	**559.508**	**390.150**
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15% respectivamente	(223.803)	(156.061)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial tributada nas controladas e coligadas	686	1.314
Participações no lucro	193	283
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (1)	13	275
Doações e patrocínios	(1.519)	(1.165)
Dividendos	4.089	2.936
Contribuição de entidade de classe	(85)	(75)
Outros	361	(32)
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	(551)	(1.955)
Imposto de renda e contribuição social contabilizados no exercício	**(220.616)**	**(154.480)**
Alíquota efetiva	39,43%	39,60%

(1) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

21. Informações complementares

a. Relatório do Comitê de Auditoria

Em consonância com a Resolução CNSP nº 118/2004, o resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 31 de janeiro de 2012.

22. Conciliação do lucro líquido com as atividades operacionais

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	**338.410**	**234.964**
(+/-) Depreciações e amortizações	487	435
(+/-) Resultado equivalência patrimonial	(1.715)	(3.285)
(+) Lucro na venda de investimentos ou imobilizado	50	1.995
(+/-) Variação das aplicações	(485.836)	(788.128)
(+/-) Variação de títulos e créditos a receber	(82.692)	(21.723)
(+/-) Variação de contas a pagar	46.523	62.432
(+/-) Variação de provisões técnicas	847.623	700.026
(+/-) Variação de outros débitos	24.204	21.087
(+/-) Ajuste TVM	(32.488)	55.185
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**654.566**	**262.988**

DIRETORIA

Norton Glabes Labes — Diretor Presidente
Marcos Suryan Neto — Diretor Gerente
Ivan Luiz Gontijo Júnior — Diretor Gerente
Ricardo Alahmar — Diretor

Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa — Diretor
Enrique Adan Y Coello — Diretor
Tarcísio José Massote de Godoy — Diretor

Jair de Almeida Lacerda Júnior
Atuário - MIBA nº 809

Getúlio Antônio Guidini
Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP

PARECER ATUARIAL

À
Diretoria e aos Acionistas da Bradesco Capitalização S.A.

1. Realizamos a Avaliação Atuarial da Bradesco Capitalização S.A. com base em 31 de dezembro de 2011, conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 272/2004.
2. Nossa análise foi conduzida de acordo com os princípios atuariais e compreendeu, principalmente, a avaliação da capacidade da Companhia em honrar seus compromissos passados e futuros junto aos seus subscritores/titulares. Deste modo, através de testes de consistência, atestamos a suficiência das Provisões Técnicas constituídas durante o período compreendido entre 1° de janeiro e 31 de dezembro de 2011.
3. As provisões técnicas foram contabilizadas pelos valores calculados pelo atuário responsável, respeitando os critérios contábeis estabelecidos no plano de contas das Sociedades Seguradoras e de Capitalização. Os cálculos foram realizados de acordo com metodologias adequadas e constantes nas Notas Técnicas Atuariais encaminhadas à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.
4. Deste modo, com base na Avaliação Atuarial referida no parágrafo 1º, ratificamos que as Provisões Técnicas constituídas em 31 de dezembro de 2011 são suficientes para honrar os compromissos da Companhia junto aos seus subscritores/titulares.

São Paulo, 31 de janeiro de 2012

Jair de Almeida Lacerda Júnior
Atuário – MIBA nº 809

Norton Glabes Labes
Diretor Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Bradesco Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradesco Capitalização S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações de resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais anteriormente referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros assuntos

a. Reclassificações

Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2011, examinamos, também, as reclassificações descritas na Nota Explicativa nº 2(a), as quais foram efetuadas para alterar determinados valores nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e ao exercício findo naquela data, anteriormente divulgadas. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as referidas demonstrações contábeis da Companhia e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e das demonstrações de resultado, dos resultados abrangentes, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

b. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, exceto pelas reclassificações descritas na Nota Explicativa nº 2(a), apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 24 de fevereiro de 2011, que não conteve qualquer modificação.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora
CRC 1RJ079849/O-3 S-SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora
CRC 1SP224130/O-0